



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n.º 18/2024.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021):

1.1. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de material de expediente para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto da Folha, Estado de Sergipe.

1.2. Vigência: A vigência do contrato deverá se iniciar no mês de julho e findar em dezembro/2024.

1.3. O objeto desse processo deverá ser parcelado por ser técnica e economicamente viável.

2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021):

2.1. A necessidade da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar no item “2”.

2.2. Fundamentação legal:

2.2.1. Art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras. Decreto Federal nº 11.871, de 29/12/2023, que atualizou o valor da dispensa de licitação, especificamente para o Art. 75, caput, inciso II, passando a ser **R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos)**.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida do objeto encontra-se pormenorizada nos itens “8” e “14” do Estudo Técnico Preliminar. – ETP.

3.2. A especificação dos produtos:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do material	Valor Unit.	Valor Global
------	--------	-------	-----------------------	-------------	--------------



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

MATERIAIS DE EXPEDIENTE					
1	15	CX	Caixa de resma folha ofício A4 C/10 pct	R\$333,00	R\$4.995,00
2	40	UND	Pasta ofício	R\$2,27	R\$90,80
3	10	CX	Caixa caneta azul 1.00mm c/50 unidades	R\$57,50	R\$575,00
4	150	UND	Envelope (A4 229x324)	R\$0,60	R\$90,00
5	15	CX	Caixa de cliques (2/0 unidades)	R\$3,96	R\$59,40
6	5	UND	Durex grande (48mmx40m)	R\$4,48	R\$22,40
7	2	UND	Cola branca	R\$5,69	R\$11,38
8	40	UND	Pasta fichário (AZ 75mm)	R\$15,96	R\$638,40
9	4	UND	Grampeador metal 13cm	R\$45,48	R\$181,92
10	4	UND	Caixa grampos 26/6 5000 unidades	R\$6,24	R\$24,96
11	2	UND	Corretivo c/18ml	R\$5,13	R\$10,26
12	40	UND	Pasta suspensa p/ arquivo	R\$3,96	R\$158,40
13	2	UND	Régua 30cm	R\$2,57	R\$5,14
14	4	UND	Marca texto	R\$5,73	R\$22,92
15	2	UND	Fita dupla face	R\$7,68	R\$15,36
16	4	UND	Pincel marcador quadro branco	R\$17,98	R\$71,92
17	4	UND	Molha dedos 12g	R\$3,69	R\$14,76
VALOR GLOBAL					R\$6.988,02



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue na Câmara Municipal de Porto da Folha/SE, devendo estar à disposição da Direção Geral da Câmara no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de Assinatura do Contrato, conforme solicitação feita pelo servidor previamente designado pela CONTRATANTE.

Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada, após solicitação e autorização da Câmara.

A entrega dos produtos será de inteira responsabilidade do licitante vencedor do item, ficando ainda, responsável por toda despesa decorrente do transporte do produto licitado.

A falta dos materiais, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto desta licitação e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021):

4.1. Tal contratação é fundamentada no Ar. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A contratada deverá atender os requisitos de sustentabilidade / impactos ambientais, estabelecidos pelo item "13" do ETP.

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista pelos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão do pequeno valor da contratação.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

4.5.1. Os requisitos de habilitação da empresa proponente são os seguintes:

4.5.2. Jurídica:

4.5.2.1. Contrato social e alterações;

4.5.2.2. Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

4.5.2.3. Carteira de Identidade, CPF e comprovante de endereço do sócio administrador;

4.5.3. Fiscal, Social e Trabalhista:

4.5.3.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.5.3.2. Certidão negativa de débitos da Fazenda Nacional, inclusive relativos à Seguridade Social;

4.5.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.5.3.4. Certidão negativa de débitos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

4.5.3.5. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, vigente, fornecida pela Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

4.5.3.6. Certidão negativa de débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, junto à Fazenda Municipal;

4.5.3.7. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

4.5.3.8. Declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar com a Câmara Municipal de Porto da Folha, e ou com toda a Administração Pública;

4.5.3.9. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

4.5.3.10. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da dispensa de licitação;

4.5.3.11. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

4.5.3.12. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em atendimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição da República.

4.5.4. Econômico-financeira:

4.5.4.1. Certidão Negativa de falência ou concordata (recuperação judicial de empresa) expedida pelo Cartório de distribuição da sede da licitante.

4.5.5. Qualificação Técnica:

4.5.5.1. Atestado de Capacidade Técnica, para comprovação de aptidão para o fornecimento dos produtos e serviços em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (artigos 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

5.1. O contrato iniciará sua vigência na data de sua assinatura, cuja validade está descrita no item 1, subitem 1.2. desse instrumento;

5.2. O regime do contrato será o de empreitada por preço unitário, consoante estabelece o Art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O fornecimento/entrega será realizado na sede da contratante, com o prazo de até 05 (cinco), conforme solicitação feita pelo servidor previamente designado pela CONTRATANTE.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21):

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, serão exigidos os seguintes documentos da empresa: Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021):

- 7.1 Os preços ajustados no contrato poderão ser reajustados somente em 02 (duas) situações: após 01 (um) ano da data da proposta de preços do contratado; ou antes de 01 (um) ano da data da proposta de preços do contratado, por motivos de alteração na legislação econômica do país que autorize, a correção nos contratos com a administração pública.
- 7.2 O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com as obrigações realizadas, ou seja, com base nos itens solicitados pela CONTRATANTE e efetivamente entregues pela CONTRATADA.
- 7.3 A Câmara após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir do recebimento e aceite da nota fiscal.
- 7.4 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 7.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 7.7 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021):

- 8.1 A forma de seleção do fornecedor é mediante a realização de procedimento de dispensa de licitação, precedida de aviso em sítio eletrônico oficial, no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Porto da Folha: <https://www.camaradeportodafolha.se.gov.br/portal/?alias=cmportofolha>, com fundamento no Art. 75, caput, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.
- 8.2 Poderão participar da presente dispensa as empresas que já enviaram suas propostas de preços e aquelas que as enviarem, dentro do prazo e do horário estipulados no aviso, das seguintes formas:

a) em meio virtual, através do e-mail: camarapfolha@gmail.com; ou



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

b) de forma presencial, na sala de licitações, no endereço: Rua Cel. Miguel Silva Santana n.º 1036 – Centro – CEP: 49.800-000, em Porto da Folha/SE.

8.3 Após a seleção da proposta vencedora, será solicitado da proponente, os seguintes documentos:

8.4 De habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 É dever do fornecedor manter atualizada sua documentação e encaminhar, quando solicitado pela Câmara, a respectiva documentação.

8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.9 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

8.10 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas contratações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual:

(a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

(b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

(c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da referida lei;

(d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º referida lei;



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

- (e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- (h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- (i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (j) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- (k) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

8.11 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

8.11.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

8.11.2 Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município de Porto da Folha, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

8.11.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.11.4 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

(a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

(b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

(c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 6.988,02 (seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e dois centavos)**, global.

9.2. O parâmetro utilizado para obter o valor estimado da contratação foi obtido mediante a pesquisa de preços com 03 (três) cotações diretamente com fornecedores do ramo, com período inferior a 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do termo de referência, em obediência ao estabelecido no Art. 23, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2022, conforme demonstram a justificativa de preços e os documentos anexos aos autos desse procedimento.

9.3. No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes com a contratação do presente objeto serão suportadas à conta da seguinte dotação própria, no Exercício de 2024;

01: Câmara Municipal de Porto da Folha/SE
01.031.0008.2.001: Administração da Câmara Municipal
3390.30.00: Material de Consumo
Fonte de Recursos: Próprios

11. ANEXOS:

11.1. O presente Termo de Referência é dotado dos seguintes anexos:

11.1.1. Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

11.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de Aceitação das Condições e de que não emprega menores.

11.1.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

Porto da Folha /SE, em 17 de junho de 2024.


DENISSON SILVA DOS SANTOS
Diretor Administrativo